

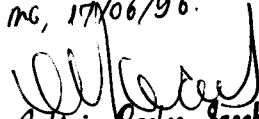


Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A R.L.J.R.

Ubá-MG, 17/06/96.


Vereador Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara

PROJETO DE LEI Nº 032/96

Declara de Utilidade Pública Municipal
a ARU - Associação dos Rodoviários de
Ubá, com sede nesta cidade.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal
a ARU - Associação dos Rodoviários de Ubá, com sede nesta cidade,
em conformidade com a legislação municipal.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa",
da Câmara Municipal de Ubá, aos 17 de junho de 1996.


Vereador Ademir de Paula



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

J u s t i f i c a t i v a

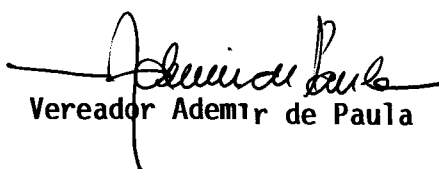
A ARU-Associação dos Rodoviários de Ubá é uma sociedade civil de duração ilimitada, fundada na cidade de Ubá em 29.05.84, sendo uma agremiação desportiva, social, cultural e habitacional, com patrimônio e personalidade distintos de seus associados, constituída de servidores do DER/MG, da COOPEDER e servidores de outros órgãos que estejam provisoriamente incluídos no quadro de lotação da 5ª RRG e 7ª EEO e seus respectivos dependentes econômicos.

Dentre as suas principais finalidades, constam:

- promover a confraternização dos associados e seus familiares;
- realizar ou patrocinar reuniões sociais, culturais e artísticas;
- desenvolver a educação física e estimular a prática de desportos;
- promover atividades de assistência social para os associados mais necessitados, bem como quaisquer outras que venham a ser consideradas de interesse da maioria de seus associados;
- desenvolver programas habitacionais para seus associados.

A sua diretoria é formada por 10 (dez) membros, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor Social, Diretor de Esportes, Diretor de Patrimônio, Tesoureiro, Coordenador da Cantina, Coordenador da horta e pomar e Coordenador do PRODER-CASAS.

Pela sua atuação e congregação dos servidores, justo se faz que a mesma seja declarada de utilidade pública municipal.



Vereador Ademir de Paula

DECLARAÇÃO

Declaro, a pedido da pessoa interessada, que a ARU - Associação dos Rodoviários de Ubá funciona há mais de 02 (dois) anos, cujos diretores são pessoas idôneas e que não recebem qualquer tipo de remuneração pelos cargos que ocupam na diretoria da mesma.

Nada mais havendo a declarar, assino.

Ubá-MG, 17 de junho de 1996.


Bel. José Luiz Moreira
Delegado da Polícia
Moto 220000 - Classe Especial

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO GERAL
DO SISTEMA DE REGISTRAÇÃO

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

20.353.561/0001-81

ATIV. PRINCIPAL

81.71

VÁLIDO ATÉ

30/06/97

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIACAO

CNPJ DO RESPONSÁVEL

117512906-10

ÓRGÃO DA SRF

0610406 - UBA

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

ASSOCIACAO DOS RODVVIARIOS DE UBA

END. FANTASIA

ENDEREÇO

RUA JAINE TAVARES VIDEIRA

NÚMERO

90

COMPLEMENTO

CEP

30300-000

BAIRRO/DISTRITO

BAIRRO LOURICAL

MUNICÍPIO

UBA

UF

MG

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC

M950571



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

GGC
VÁLIDO ATÉ
31/12/88

20353561/0001-81
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
20353561/0001-81
ATIVIDADE PRINCIPAL
80,23
CPF DO RESPONSÁVEL
117513806-10

NATUREZA JURÍDICA
16 - ASSOCIAÇÃO

ÓRGÃO DA SRF
63030 - UBA

RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL
ASSOCIAÇÃO DOS RODOVIÁRIOS DE UBA

NOME DE FANTASIA

LOGRADOURO
PCA JAIME TAVARES VIDEIRA

NÚMERO
90

COMPLEMENTO

CEP
36500

BAIRRO/DISTRITO
BAIRRO LOURICAL

MUNICÍPIO
UBA

UF
MG

RENTA-PESSOA JURÍDICA ☒ PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ☐ IMPORTAÇÃO ☐ LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS ☐
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ☐ RENDA-RETENÇÃO NA FONTE ☐ MINERAIS NO PAÍS ☐ ENERGIA ELÉTRICA ☐ SOBRE SERVIÇOS ☐

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Antônio Nivaldo Gomes

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

MINAS GERAIS — Parte III

Sexta-feira, 29 de junho de 1984 — 4

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS
GERAIS - DER/MG

EXTRATO DO ESTATUTO DA ARU - Associação dos Rodoviários -
de UBA, 5a. RRG, neste Estatuto designada apenas por ASSO
CIAÇÃO, fundada em 29.05.84, como sociedade civil de dura
ção ilimitada, com sede e foro em UBA, é agremiação des -
portiva, social, cultural e habitacional, com patrimônio
e personalidade distintos de seus associados, constituída
de servidores do DER/MG, da COOPEDER e servidores de ou -
tros órgãos que estejam provisoriamente incluídos no qua -
dro de lotação da 5a. RRG e 79 EEO e seus respectivos de -
pendentes econômicos, com a finalidade de: Promover a con -
fraternização dos associados e seus familiares; Realizar
ou patrocinar reuniões sociais, culturais e artísticas ;
Desenvolver a educação física e estimular a prática de -
desportos; Promover atividades de assistência social para
os associados mais necessitados, bem como quaisquer ou -
tras que venham a ser consideradas de interesse da maio -
ria de seus associados; Desenvolver programas habitacio -
nais para seus associados. Para atingir suas finalidades,
a ASSOCIAÇÃO poderá filiar-se a entidades oficiais de di -
reção de desportos amadores, bem como a outros órgãos re -
presentativos das atividades compreendidas nos objetivos -
da ASSOCIAÇÃO.

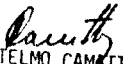
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

O presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral do dia
29.05.84, e que entrará em vigor na data de sua publica -
ção, constitui a lei orgânica da ASSOCIAÇÃO, que todos os
sócios são obrigados a respeitar e cumprir.

UBA-MG, 29.05.84

RIIA DE CASSIA FERNANDES PACHECO - Presidente

VISTO EM: 26/06/84


Adv. ANELMO CAMATTA
DIRETOR DE PESSOAL

7.231 - P. 73.591 - X

(18) 20.353.551/0001-87

Ata da Assembléia de Constituição da
ARU - Associação dos Rodoviários de
Ubá, realizada no dia 29.05.84.

Aos 29 dias do mês de maio de 1.984
às 09:00 horas, reuniram-se no pátio da 5ª Residência Regional
do DER/MG, à Praça Jaime Tavares Videira, 90, Bairro Lourical
Ubá, as pessoas ao final desta ata qualificadas, todas de maio-
res com o propósito de constituírem uma associação civil nos
termos da legislação vigente, a que denominaram ARU-Associação
dos Rodoviários de Ubá, com sede provisória nas dependências da
RRG.

Abertos os trabalhos pelo Coordena-
dos da Comissão Organizadora, Senhora Sheila Maria Cobuci Dou-
mith Madufeira, Chefe da Seção Administrativa da 5ª Residência
Regional do DER/MG em Ubá, foi designado pela unanimidade dos
presentes o Engº Flávio Geraldo de Paiva para presidi-los. Es-
to, assumindo a presidência, convidou a mim José Leão de Frei-
tas para secretariar a reunião..

Em seguida, após exposição dos moti-
vos que provocaram a assembléia, manifestaram-se os presentes,
estarem acordes em fundar a associação na forma do seguinte es-
tatuto, aprovado após amplos debates.

E S T A T U T O

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO

Art. 1º - ARU - Associação dos Rodoviários de UBÁ, neste Estatuto designa da apenas por ASSOCIAÇÃO, fundada em 29.05.84, como sociedade civil de duração ilimitada, com sede e foro em UBÁ, é agremiação desportiva, social, cultural e habitacional, com patrimônio e personalidade distintos de seus associados, constituída de servidores do DER/MG, da COOPEDER e servidores de outros órgãos que estejam provisoriamente incluídos no quadro de lotação da 5ª RRG e 7ª EEO e seus respectivos dependentes econômicos.

SEUS FINALIDADES

- Art. 2º - a) Promover a confraternização dos associados e seus familiares.
b) Realizar ou patrocinar reuniões sociais, culturais e artísticas.
c) Desenvolver a educação Física e estimular a prática de desportos.
d) Promover atividades de assistência social para os associados e mais necessitados, bem como quaisquer outras que venham a ser consideradas de interesse da maioria de seus associados.
e) Desenvolver programas habitacionais para seus associados.
- Art. 3º - Para atingir suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO poderá filiar-se a entidades oficiais de direção de desportos amadores, bem como a outros órgãos representativos das atividades compreendidas nos objetivos da Associação.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS E SEUS FAMILIARES

- Art. 4º - Constituirão o quadro de associados, os servidores e seus dependentes diretos, ou seja esposa e filhos ou marido e filhos, servidores inativos e viúvas dos ex-servidores, a critério do Conselho Diretor.
- Art. 5º - A ASSOCIAÇÃO manterá as seguintes categorias de sócios:
- a) FUNDADOR
 - b) EFETIVO
 - c) DEPENDENTE

- § 1º- Serão sócios fundadores os que constituírem a ASSOCIAÇÃO até o 3º mês consecutivo à sua fundação.
- § 2º- Serão sócios efetivos, aqueles que pagarem jóia para admissão, a partir do 4º mês consecutivo à fundação.
- § 3º- Serão sócios dependentes os associados que não fazem parte do quadro de lotação da 5ª RRG, 7ª EEO, ou COOPEDER, ou os servidores que por opção, através de seus laços diretos de família com outros associados, assim o desejarem.
- § 4º- Serão sócios honorários os não sócios ou impossibilitados de o serem pelo Estatuto, mas que prestarem, reconhecidamente, relevantes serviços à ASSOCIAÇÃO ou por ela sejam homenageados.

ART. 6º- A admissão como sócio será feita mediante proposta formulada por um associado, em pleno gozo de seus direitos, subscrita pelo candidato.

§ único - A proposta será encaminhada à Diretoria, que procederá as sindicâncias, julgamento e decisão.

ART. 7º- A readmissão de sócios que tenham sido excluídos por infrações ou atraso no pagamento das mensalidades, deverá ser submetida à aprovação do Conselho Deliberativo.

ART. 8º- São Deveres do Associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento interno e as Resoluções dos poderes da ASSOCIAÇÃO.
- b) Satisfazer os compromissos assumidos com a ASSOCIAÇÃO.
- c) Indenizar a ASSOCIAÇÃO em qualquer tipo de prejuízo material causado por si ou por qualquer de seus familiares ou convidados.
- d) Zelar pelo bom conceito da ASSOCIAÇÃO, evitando ações ou situações que deponham contra o seu nome ou o de seus demais associados.

ART. 9º- CONSTITUI DIREITO DOS SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS:

- a) Requerer do Presidente, a convocação extraordinária do Conselho Deliberativo ou a Assembléia Geral, mediante requerimento assinado pelo menos por 1/3 dos sócios, quites, desde que se indique o motivo da convocação.
- b) Tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado, vetada a representação.

C) Protestar por escrito, junto ao Conselho Deliberativo, contra atos ou ações que, praticadas pela Diretoria, por sócios, familiares ou empregados, sejam reputados contrários aos direitos dos sócios, aos princípios da dignidade ou aos fins da ASSOCIAÇÃO.

ART 10º X Obrigam-se os sócios ao pagamento das seguintes contribuições:

a) FUNDADOR:

1) Trabalhador Braçal e Trabalhador Rodoviário: Mensalidade correspondente a 01% (um) do valor de Referência Regional.

X 2) Demais cargos: Mensalidade correspondente a 02% (dois) do valor de Referência Regional.

b) EFETIVO: Jóia correspondente a 10% (dez) do valor de Referência Regional até 90 (noventa) dias;

Após 90 (noventa) dias pagarão 01% (um) valor de Referência Regional, podendo o pagamento ser dividido em até 03 (treis) parcelas mensais, além da mensalidade referida acima no item "A".

c) DEPENDENTES: Não é devida nenhuma contribuição.

d) HONORÁRIO: Não é devida nenhuma contribuição.

ART 11º - Os sócios entrarão em gozo dos direitos que lhes confere o presente Estatuto, tão logo efetuem o pagamento da 1ª mensalidade ou jóia.

CAPÍTULO III

DOS PODERES DA ASSOCIAÇÃO

ART 12º - São os seguintes os poderes da ASSOCIAÇÃO:

a) ASSEMBLÉIA GERAL

b) CONSELHO DELIBERATIVO

c) CONSELHO FISCAL

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART 13º - A Assembléia Geral é a reunião dos sócios convocados por um fim determinada e poderá ser ordinária ou extraordinária.

§ Único - Nas Assembléias Gerais não se poderão tratar de assuntos que não estejam previstos no Edital de Convocação, sob pena de nulidade absoluta das deliberações que a respeito forem tomadas.

ART 14º - A convocação da Assembléia Geral será feita com antecedência mínima de 15 dias, em Edital publicado pelo menos em um jornal local, ou em avisos fixados nos vários quadros existentes na RRG.

Art. 15º - Para a realização da Assembleia Geral, far-se-ão até duas convocações, uma em primeira chamada, com dia e hora marcados , com presença da maioria absoluta dos sócios e na falta desses uma outra, em segunda chamada, uma hora após, com qualquer número de sócios.

Art. 16º - A direção dos trabalhos das Assembleias Gerais, caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo, secretariado pelo Vice-Presidente e, na ausência destes, aos respectivos substitutos Se ainda qualquer destes estiver ausente, a Assembleia decidirá a quem deve caber a direção.

Art. 17º - Serão ordinárias as Assembleias Gerais realizadas na primeira quinzena de maio para o fim específico de:

a) Eleger bienalmente os membros efetivos e suplentes da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

Art. 18º - Serão extraordinárias as Assembleias Gerais convocadas para : quaisquer fins, inclusive a de examinar proposta de aumento : de contribuições, de modificações deste Estatuto ou preencher vagas eventualmente ocorridas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 19º - O Conselho Deliberativo é órgão de consulta, de manifestação : coletiva dos sócios e de fiscalização de cumprimento do pre - sente Estatuto, cabendo-lhe principalmente:

a) Elaborar, manter e fazer cumprir um regimento onde se especifiquem as atribuições, prerrogativas e responsabilidades de seus membros.

b) Propor a perda do mandato de qualquer membro da Diretoria

c) Apreciar e decidir sobre recursos interpostos contra atos : da Diretoria.

d) Apreciar proposta da Diretoria, fixando o valor das jóias : a serem cobradas periódicamente dos sócios, de conformida - de com o presente Estatuto.

e) Apreciar, aprovando ou não, os pareceres do Conselho Fis - cal.

f) Conceder títulos honoríficos.

g) Convocar Assembleia Geral.

H) Aprovar a realização de despesas extra-orçamentárias.

1) Apreciar proposta de aumento de mensalidades dos sócios, apresentada pela Diretoria, de conformidade com o presente Estatuto.

j) Propor à Assembleia Geral, a reforma deste Estatuto.

1) Elegger substitutos para os cargos da Diretoria em caso de vacância ou impedimento dos titulares.

m) Decidir sobre os casos omissos do presente estatuto.

Art. 20º - A convocação do Conselho Deliberativo ficará a cargo de seu Presidente.

Art. 21º - Não poderão compor o Conselho Deliberativo, os membros da Diretoria.

Art. 22º - Os membros do Conselho Deliberativo, eleitos em Assembleia Geral, serão em número de 05(cinco). O número de suplentes será o mesmo dos candidatos inscritos, obedecendo à ordem decrescente de votação.

§ 1º - No mesmo dia da posse, se realizará a 1ª reunião ordinária do Conselho para eleição do seu presidente.

§ 2º - Perderão ao mandato, os membros do Conselho que faltarem durante o ano, a 03(três) reuniões consecutivas ou a 05(cinco) alternadas, sem motivo justificado.

§ 3º - As vagas verificadas no Conselho, serão preenchidas pelos suplentes, convocados segundo ordem de maior votação.

§ 4º - Se o Conselho se reduzir originalmente a menos de 80%(oitenta por cento), de seus membros, convocar-se-á uma Assembleia Geral Extraordinária para preenchimento de todas as vagas até então ocupadas pelos suplentes.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23º - O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, cabendo-lhe principalmente:

a) Verificar a exatidão dos registros contábeis da ASSOCIAÇÃO;

b) Solicitar reuniões dos membros do Conselho Deliberativo

c) Dar pareceres sobre os relatórios, balanços e demonstrações financeiras, encaminhando-os ao Conselho Deliberativo e sugerindo, se for o caso, medidas em benefício da melhor organização e desenvolvimento das finanças da Associação.

§ 1º - O parecer sobre o balanço será encaminhado ao Conselho Deliberativo até 30/04 do ano seguinte.

§ 2º - É vedado ao Conselho Fiscal reter em seu poder, por mais de 07(sete) dias, os documentos, livros e balancetes da ASSOCIAÇÃO.

Art. 24º - O Conselho Fiscal é constituído de 03(três) membros. Os mandatos deverão coincidir com os da Diretoria. Será eleito Presidente o candidato mais votado.

Art. 25º - Não poderão compor o Conselho Fiscal:

- a) Membros da Diretoria do mandato atual.
- b) Os parentes de membros da Diretoria, até 2º grau.

§ 1º - Poderão compor o Conselho Fiscal quaisquer dos 05 (cinco) membros do Conselho Deliberativo, acumulando as duas funções, simultaneamente.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA

Art. 26º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO SERÁ composta de 10(dez) membros assim denominados:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário
- Diretor Social
- Diretor de Esportes
- Diretor de Patrimônio
- Tesoureiro
- Coordenador da Cantina
- Coordenador da horta e pomar
- Coordenador do PRODERCASAS

§ 1º - O mandato será gratuito, renunciável a todo tempo, sem necessidade de causa justificável.

§ 2º - Qualquer sócio contribuinte poderá ser eleito para a Diretoria.

§ 3º - A duração do mandato da Diretoria será de 02(dois) anos, sendo admitida a recondução total ou parcial de seus membros aos mandatos seguintes.

Art. 27º - As reuniões da Diretoria serão semanais, em caráter Ordinário, em dia e hora a serem fixados de acordo com o critério da maioria de seus membros ou em caráter Extraordinário, a critério de seu Presidente, quando a necessidade imediata assim o exigir.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 28º - Ao Presidente compete:

- a) Convocar e Presidir as Seções Ordinárias e Extraordinárias da Diretoria.
- b) Representar a ASSOCIAÇÃO judicialmente ou extra-judicialmente e constituir advogado ou procurador para os mesmos fins.
- c) Nomear e demitir empregados e fixar salários dos mesmos.
- d) Assinar, juntamente com o tesoureiro, os cheques e papéis que envolvam quantias de até 10(dez) vezes o valor de referência vigente. Os que excederem esse valor deverão ser previamente autorizados pelo Conselho Deliberativo.
- e) Fazer, juntamente com o tesoureiro, aplicação financeira do fundo de caixa existente, bem como autorizar empréstimos de emergência aos associados.
- f) Superintender negócios da ASSOCIAÇÃO.
- g) Apresentar ao Conselho Deliberativo, anualmente ou quando este o exigir, os relatórios de sua gestão e balanços financeiros da ASSOCIAÇÃO.
§ único - O balanço deverá ser encaminhado todo ano, até 23/04, para apreciação do conselho Fiscal.
- h) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regulamentos da ASSOCIAÇÃO.
- i) Assinar com o Secretário os títulos de propriedade, diplomas, carteiras dos associados, ofícios e outros documentos de igual natureza.
- j) Estipular, até o valor máximo de 02(dois) valores de referência, os empréstimos de emergência.
- k) Propor ao Conselho Deliberativo, a contratação de empregados da ASSOCIAÇÃO.

Art. 29º - Ao Vice-Presidente compete:

- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos.
- b) Auxiliar e substituir temporariamente, qualquer dos demais membros do Conselho Diretor, nos atos da ASSOCIAÇÃO.
- c) Assinar cheques na falta do Presidente ou do Tesoureiro.

Art. 30º - Ao Diretor Social compete:

- a) Promover e controlar as atividades de Assistência Social estabelecidas pela Diretoria.

- b) Promover e controlar reuniões sociais, festividades e encontros.
- c) Promover e incentivar atividades sócio-culturais e programas especiais, dentro das possibilidades da ASSOCIAÇÃO.
- d) Colaborar com os coordenadores da horta e pomar e da cantina, fornecendo aos mesmos subsídios de ordem econômico-social.

Art. 31º - Ao Diretor de Esportes compete:

- a) Promover torneios e competições esportivas, internos e externos.
- b) Promover jogos de salão.
- c) Requisitar o material esportivo necessário à prática das diversas modalidades existentes.

Art. 32º - Ao secretário compete:

- a) Auxiliar e substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos.
- b) Redigir as atas das reuniões da Diretoria, bem como todos os papéis, correspondências e documentos da ASSOCIAÇÃO.
- c) Ter sob a sua responsabilidade os arquivos existentes.
- d) Providenciar a organização, tramitação e divulgação da correspondência da ASSOCIAÇÃO.

Art. 33º - Ao tesoureiro compete:

- a) Arrecadar a receita da ASSOCIAÇÃO e pagar as despesas aprovadas pelo Presidente.
- b) Ter sob sua guarda e responsabilidade, documentos e valores financeiros pertencentes à ASSOCIAÇÃO.
- c) Assinar com o Presidente os cheques emitidos pela ASSOCIAÇÃO.
- d) Apresentar balancetes periódicos e balanço geral anual, bem como demonstrativos de receitas e despesas solicitadas pela Diretoria, quando em Seção Ordinária.
- e) Dirigir os serviços de cobrança.
- f) Adquirir, autorizado pelo Presidente ou pelo Conselho Diretor, conforme o caso, todo o material requisitado pelos diversos departamentos da ASSOCIAÇÃO.

- g) Prestar ao Conselho Fiscal, todas as informações que forem solicitadas, franqueando-lhe o exame de todos os documentos e livros da tesouraria.
- h) Orientar o Presidente quanto à melhor aplicação do Fundo de caixa disponível.

Art. 34º - Ao Diretor Patrimonial compete:

- a) Administrar os bens patrimoniais da ASSOCIAÇÃO.
- b) Zelar e fazer zelar pelas instalações e materiais esportivos.
- c) Propor a aquisição ou venda dos bens patrimoniais móveis e imóveis.
- d) Verificar a necessidade e sugerir a aquisição de materiais de conservação e manutenção.

Art. 35º - Ao Coordenador da Cantina compete:

- a) Administrar e coordenar o funcionamento da cantina.
- b) Zelar pela limpeza das instalações, utensílios e materiais ali existentes.
- c) Zelar pela qualidade nutritiva dos alimentos oferecidos aos associados.
- d) Suprir as necessidades da cantina.
- e) Procurar manter um percentual mínimo de lucro, a fim de tornar, o mais acessível possível, a aquisição de alimentos por parte dos associados.
- f) Propor, para aprovação da Diretoria, os preços de cada unidade à venda, bem como as suas alterações quando assim se fizer necessário.

§ 1º - Os serviços de cantina e bar serão administrados diretamente pela ASSOCIAÇÃO, devendo o fornecimento de salgados e comestíveis, ser explorado de preferência por associados ou seus familiares.

Art. 36º - Ao Coordenador da Horta e Pomar compete:

- a) Administrar e coordenar o funcionamento da horta e do pomar.
- b) Zelar pela ordem e limpeza da área plantada e suas instalações.
- c) Suprir as necessidades da horta e do pomar.
- d) Zelar pela qualidade nutritiva dos produtos da horta e do pomar.

- e) Promover e controlar a distribuição dos produtos da horta e do pomar, observando a orientação da Diretoria.

Art. 37º - Ao Coordenador do Prodercasas compete:

- a) Assessorar o Engº Chefe da RRG na definição das prioridades de construção ou reforma de imóveis destinados à moradia de seus associados pertencentes à DERMINAS.
- b) Auxiliar na liberação da documentação necessária para obtenção de financiamento através do PRODECON ou outros programas similares.
- c) Representar a Residência Regional do DER em todas as programações estabelecidas pelo Prodercasas central.
- d) Assessorar o Diretor Social em assuntos relacionados com o programa de Assistência Social estabelecido pela ASSOCIAÇÃO.
- e) Coordenar e providenciar junto aos Órgãos Financeiros estabelecidos, a liberação dos recursos destinados à execução do Programa habitacional dos associados.

CAPÍTULO V

DA ECONOMIA

Art. 38º - O Patrimônio será constituído pelos bens móveis e imóveis que a ASSOCIAÇÃO possua ou venha a possuir.

Art. 39º - A vida financeira da ASSOCIAÇÃO, orientar-se-á pelo orçamento elaborado e aprovado anualmente.

Art. 40º - Constituição receita da ASSOCIAÇÃO:

- a) As jóias e mensalidades dos sócios.
- b) As rendas eventuais e taxas diversas.
- c) O resultado da exploração dos serviços de bar e restaurante.
- d) A renda proveniente das reuniões artística, sociais e esportivas.
- e) Produto da alienação de bens.
- f) Doações de qualquer natureza.

Art. 41º - Constituição despesas da ASSOCIAÇÃO:

- a) Os salários e gratificações de empregados, taxas e gastos necessários à manutenção da ASSOCIAÇÃO.
- b) A aquisição de material de consumo para bar e restaurante bem como de materiais de expediente esportivo.

- c) Os custos das reuniões artísticas, sociais e esportivas.
- d) A conservação dos bens móveis e imóveis da ASSOCIAÇÃO.
- e) Os gastos eventuais.

CAPÍTULO VI

AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42º - As pessoas estranhas à ASSOCIAÇÃO só poderão participar das reuniões artísticas, sociais e esportivas, mediante convites-ingresso fornecido aos sócios que por elas se responsabilizarem.

§ único - A Diretoria controlará a expedição dos convites-ingresso visando assegurar em todas as reuniões ampla predominância numérica de sócios e seus familiares.

Art. 43º - Os associados de entidades similares, também vinculadas ao DER/MG, poderão ter, quando em visita, livre acesso as instalações da ASSOCIAÇÃO, à critério da Diretoria.

Art. 44º - São expressamente proibidas, em qualquer dependência da ASSOCIAÇÃO, manifestações de caráter-partidário ou religioso, bem como a prática de jogos de azar de qualquer modalidade.

Art. 45º - A ASSOCIAÇÃO poderá manter, em complemento ao presente Estatuto regulamentos específicos assim definidos:

- a) Regimento interno do Conselho Deliberativo.
- b) Regimento interno da cantina, horta e pomar.
- c) Regimento interno da Diretoria.
- d) Regulamento das eleições.

§ único - A Diretoria poderá elaborar tantos outros regulamentos internos quantos necessários, para o bom andamento de suas atribuições.

Art. 46º - Em caso de falecimento do associado, seus dependentes não perderão os direitos e benefícios adquiridos, ficando sujeitos no entanto, ao pagamento das contribuições normais, relativas a 01 (um) associado.

Art. 47º - Nas eleições, caso haja empate, será considerado eleito o associado mais antigo no quadro social.

§ 1º - Não é permitido o voto por procuração

§ 2º - O voto será secreto

Art. 48º - A ASSOCIAÇÃO só poderá ser dissolvida mediante decisão de no mínimo 3/4 (treis quartos) dos sócios.

§ único - Em caso de dissolução, reverterá o respectivo caixa e bens em favor de entidades beneficentes.

Art. 49º - O associado que deixar de fazer parte do quadro, por vontade própria, falta de pagamento ou qualquer outro motivo, não terá direito a nenhuma indenização financeira, não podendo transferir a terceiros a sua participação como associado.

Art. 50º - Perderá os direitos como associado, todo aquele que estiver em débito com mais de 03 (Três) mensalidades, sendo excluído quando completar a quarta mensalidade em atraso.

Art. 51º - As mensalidades deverão ser pagas, até o 10º dia após o recebimento dos seus vencimentos correspondentes ao mês anterior.

Estatuto aprovado na Assembleia Geral de Constituição da ARU - Associação dos Rodoviários de Ubá, realizada no dia 29 de maio de 1984. Seguem a qualificação e assinaturas dos associados fundadores ao final desta ata, aprovada e simultaneamente, aprovando também o Estatuto ora transcrito, conforme decisão da Assembleia Geral de Constituição e como prova ainda, do ânimo de constituírem a Associação.

Continuando a presidir os trabalhos, o Sr. Engº. Flávio Geraldo de Paiva, determinou que se apresentassem as indicações para o preenchimento dos cargos da Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal, no Estatuto recém-aprovado.

A seguir o Sr. Presidente determinou que se procedesse à eleição dos membros dos órgãos sociais. Procedida a votação, foram os associados adiante relacionados, eleitos para comporem os seguintes cargos sociais:

CONSELHO DIRETOR

Presidente - Rita de Cássia Fernandes Pacheco

Vice-Presidente - João Martins dos Reis

Secretário - José Leão de Freitas

Diretor Social - Martha Lúcia Pereira Talma
José Joaquim Barbosa

Diretor de Esportes - Adgard Teixeira da Costa

Diretor de Patrimônio

- Celso Bonifácio Gomes

Tesoureiro

- Engº. Marco Aurélio M. Coelho da Silva

Coordenador da Cantina

- José Assis Nogueira de Lima

Coordenador da Horta e Pomar

- Paulo Fernando Madureira

Coordenador da PRODERCASAS

- Engº. Jaime Oliveira de Siqueira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

- Engº. Flavio Geraldo de Paiva

Secretário

- Engº. José Lucio Peluso dos Santos

Vogal

- Sidney Braga Biscotto

Vogal

- Sheila Maria Cobuci Doumith Madureira

Vogal

- Ulisses Silva

CONSELHO FISCAL

Engº. Francisco de Assis Homem Del'Galdio

Ivan Pereira da Silva

Elias Fabiano da Silva

Prosseguindo, todos foram empossados nos seus cargos, após o que o Sr. Engº. Flávio Geraldo de Paiva, passou a direção dos trabalhos ao presidente eleito da Associação " Rita de Cassia Fernandes Pacheco, Este, após agradecer a colaboração da Assembléia, declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro a ARU - Associação dos Rodoviários de Ubá, que tem por objetivo, trabalhar pelo desenvolvimento e bem estar social dos servidores da 5ª RRG, 7ª EEO e Coopeder -Ubá-MG, bem como proporcionar aos associados apoio social-cultural, econômico e assistencial de suas possibilidades.

Como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente, após conceder palavra franca e ninguém dela fizesse uso, deu por encerrados os trabalhos e eu José Leão de Freitas, que servi de secretário, lavrei a presente ata, lida e achada conforme, contem a seguir a qualificação e assinatura dos associados fundadores, ratificando os termos do Estatuto aprovado e sua livre vontade de organizarem a associação e aprovada também, a presente ata.

Ubá-MG, 29 de maio de 1984


Rita de Cassia Fernandes Pacheco

Ata 01/84 da ARV - Associação dos Poderários de Uba. realizada aos 18 de julho de 1984, às 14:00 hs., na sala de reuniões da 3ª REG. Uba, reuniram os membros a saber: Rita de Cássia Fernandes Pacheco - Presidente, João Martins dos Reis - Vice-Presidente, Marta Lúcia Pereira Palma - Diretora Social, Edgar Ruxina da Costa - Diretor de Esporte, Paulo Fernando Madureira - Coordenador da horta e Pecuária, Joxi de Almeida Noqueira Lima - Diretor de Patrimônio, Eugê Jaime de Oliveira Siqueira - Presidente da Prodercasas e Elias Fabiano da Silva - membro do conselho fiscal. Foi justificada a falta do secretário Joxi Bretes de Freitas e do tesoureiro Eugê Marco Rutilio Muniz Coutinho da Silva, numa vez que os mesmos se encontravam em viagem. Após ter sido aberta a sessão pela Sr. Presidente, o coordenador da cantina, Joxi de Almeida Noqueira Lima, tomou a palavra e comentou sobre o não funcionamento da mesma, alegando a falta de uma geladeira, onde o Sr. Fernando se providenciou a empréstimo numa até que a ARV, recebeu a doação de uma geladeira feita pela Engenharia Cariven. Ficou definida também que a cantina iria funcionar pelo sistema de fichas as quais já estavam sendo providenciadas. O Sr. Joxi de Almeida comentou ainda sobre um problema que estava surgindo onde alguns associados achavam que tinham 03 meses para pagar a anualidade sempre 02 anualidades atrasadas (isso de interpretação do estatuto), a Sr. Rita deu a sugestão de fazermos carnês para pagamento em banco com o valor fixo, para melhor controle, e os que atrasarem o pagamento tenham o

ocorrerem de uma multa. Conuntere ainda
que o Sr. Ronald pediu para fazer um ofício
para o Presidente do DEECAM Sr. Paulo Ro-
dum, pedindo uma licença para a ARV
levar também ao encucamento dos presentes
que o pessoal do DPREV (Departamento de Polícia
Rodoviária de Elba) querem os sócios da
associação, mas como não consta nada
no Estatuto, referente a mesma, não leva
da ao encucamento do Conselho Deliberativo
para estudar e decidir o caso. Eu, Marta D'Alva
Pereira Palma, que também substitua o Sr.
João de Freitas, secretário da ARV, levei as
encucaturas da Autoria que havia entregue
a doação de os encucaturas de bita para a
associação e que a requisição para buscar a
bita já estão com a Srta Rita. O Sr. Presi-
dente ao observar que nenhuma dos presentes
pretendia fazer uso da palavra, agradeceu
a todos e declarou encerrada a sessão. Eu,
Marta Pereira Palma, levi esta ata, lida,
confirada e achada correta o que
passou, fica assinada pelos presentes:

Presidente: Raulino

Vice-Presidente: João

Dirutora Social: Nalmey

Dirutor de Esportes: .

Coordenador da Hora: .

Dirutor de Patrimônio: .

Presidente da Prodercas: Jansen de Sousa de Sousa

Conselho Fiscal: .

Maria Gracina, Luiz Berto e Aut: Cândido.
co' nós foi aberta com a palavra o presidente,
que pôs em pauta o assunto
reputa a construção de um dormitório
na área da ARV, substituindo o alojamento
do DER, na rodovia Ulba. todavia
logo em seguida o Euzébio Francisco, falou
desta construção, pois a Pres. de Ulba, está
colocando obstáculos do alojamento do
DER na rodovia, está construindo para
os padrões e normas. logo esclarecido o
gato, ficou decidido que não haveria
possibilidade da construção de um
dormitório no terreno da ARV. Nada mais
havendo a tratar, em último momento de
crescimento (Surtério) exum a presente ata que
vai assinada por mim e pelo presidente
e por todos os presentes.

Integridade p. da Silva
Ap. Berto
Ap. Berto
Ap. Berto

Ap. Berto
Ap. Berto
Ap. Berto
Ap. Berto

Esta 04/95 - aos 24 dias do mês de novembro
de 1995, reuniu-se os membros da diretoria
da ARV, às 16:00 horas, para discutir assuntos
reputa a obra, edificação, presentes: Luiz
Antonio Siqueira, José Maria Gracina,
Antonio Berto, Euzébio Francisco, João
Martins, Heloíza dos Santos, Luiz Berto, Aut:
da Silva (Presidente), Paulo de Souza, Antonio
Ciotti. Com a palavra o presidente, o assunto
semita que fora lida a ata anterior e

qual foi aprovada e assinada. Logo em seguida agradeceu a presença de todos e pôs em pauta o assunto referente ao Horto Florestal do DER em Tocantins, organizado pelo ordenador da 5ª CNG, Engº Francisco de Azevedo. J. Gaudin da ARV, com finalidade de fornecer horta frutos gratuídos para o núcleo a qual da 5ª CNG. Também foi proposto para a ARV administrar as atividades de minerais antigos a DER pela Polícia Racional, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Após o primeiro assunto ref. ao Horto, ficou decidido que o DER, irá providenciar um documento, legalizando o proposto. Ficou o Engº José de Osmo Bragança o responsável pelo Horto do DER junto à ARV. O mesmo deu uma explicação de diversas maneiras que a ARV poderia usufruir da área do Horto e ser beneficiada. (Exemplo: Criação de peixes, hortaliças, legumes em geral, criação de porcos, aviários, frutos diversos, etc). Nada mais havendo a tratar, em José Maria Gravina (Secretário), pediu a presença de todos que se assina a por quem e todos os presentes.

Gravina.
Antonio Alves

Antonio P. F. da Silveira

Atenagom

Marcelo Matos

Luiz Roberto de Oliveira

Edli

Paulo Vitor da Sousa

Benjamin